

## Por um Plano de Reconstrução e Transformação das áreas Rurais do Brasil

João Daniel  
Gerson Teixeira

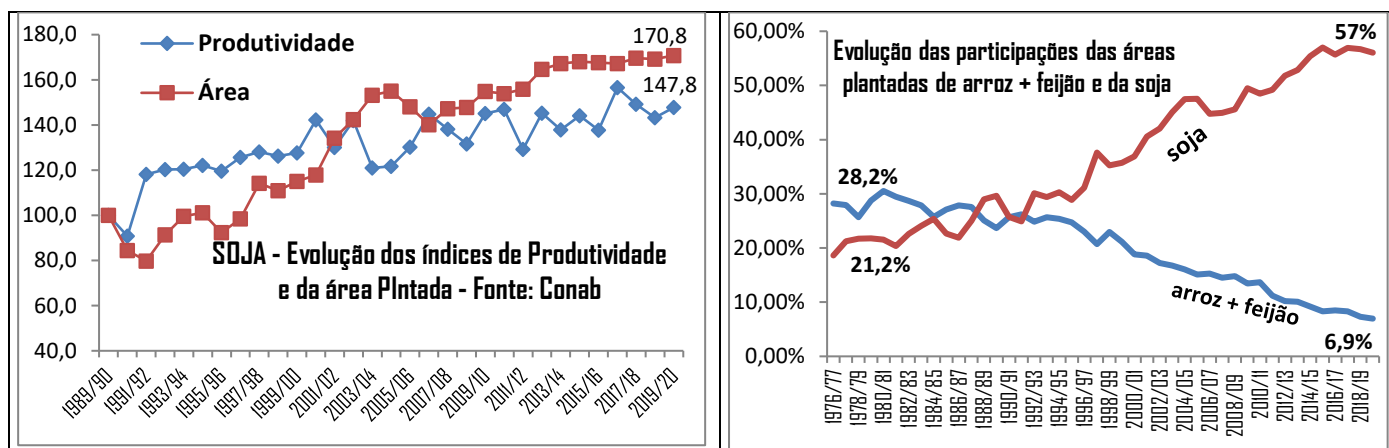
A iniciativa do PT, com o apoio da Fundação Perseu Abramo, de submeter ao debate interno e instigar a sociedade para uma reflexão sobre a emergência de um “**Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil**”, além de honrar os compromissos e práticas históricas do Partido revela o seu alinhamento ao povo brasileiro pela superação deste momento dramático da Nação.

Com efeito, o Brasil enfrenta uma crise sanitária pavorosa simultaneamente com um governo legítimo, porém, para além de inepto. O resultado tem sido uma ‘tempestade perfeita’ que degrada e ameaça a vida dos brasileiros, viola a soberania e macula a imagem do país no exterior; enfim, um período de infortúnio para o Brasil.

Nas áreas rurais, os desafios são mais superlativos à medida que os impulsos ideológicos e de ódio de classe compelem o governo ao desmonte deliberado do já frágil aparato institucional de apoio a agricultores familiares, assentados, indígenas, quilombolas e camponeses em geral. A extinção do ‘plano safra’ da agricultura familiar, a paralisação das demarcações de terras indígenas e quilombolas, e a extinção prática do programa de reforma agrária, seriam suficientes para demonstrar a postura do governo. Para não deixar dúvidas a respeito, mais recente, o governo vetou na íntegra a Lei ‘Assis Carvalho’ que pretendia oferecer alguma proteção aos agricultores familiares durante a pandemia. Também promoveu ‘corte raso’ nas propostas orçamentárias 2021 para ações com incidência nesses segmentos sociais. Em especial, com os cortes praticamente absolutos nos recursos para as atividades finalísticas do Incra, Bolsonaro sacramentou o ‘enterro’ do programa de reforma agrária deixando desassistidas centenas de milhares de trabalhadores assentados.

A “dimensão construtiva” do projeto Bolsonaro é essencialmente destrutiva, e está fundada na radicalização do agronegócio exportador cuja hegemonia absoluta sequestra a regulação e os incentivos do Estado, despotencializa a economia, aprofunda os impasses e as desigualdades no campo; promove a violência no campo, fulmina qualquer perspectiva de sustentabilidade ambiental, e erode os alicerces da segurança alimentar e nutricional da população, entre outros efeitos colaterais.

Dois aspectos desse projeto merecem ênfase: (I) na dimensão primária, além de uma base técnica dependente e ultraintensiva em insumos químicos e recursos naturais, sobressai a busca incessante pela apropriação da terra; principal fator de expansão da atividade no período recente no Brasil, e não os ganhos de produtividade como alegam os intelectuais e lideranças ruralistas. Quando apontam o pequeno incremento da área *vis a vis* o avanço na produção agregada de grãos, omitem que isto vem se dando com a substituição de áreas com lavouras da dieta básica da população pela soja e milho que respondem por 90% da “supersafra”. As duas figuras abaixo comprovam as afirmações acima.



Em decorrência, assiste-se neste período do governo Bolsonaro o acirramento do ataque pela apropriação de terras da reforma agrária, de indígenas, quilombolas e das unidades de conservação; (ii) na outra ponta do projeto, a fúria exportadora sobrepõe aos interesses nacionais, em particular, sobre os direitos ambientais e sobre as demandas do abastecimento interno. A Ministra da Agricultura se jacta de já ter criado 60 novos mercados para os produtos do agronegócio, mas jamais se ouviu da Ministra qualquer preocupação com a inexistência de estoques públicos, sobre a inflação dos alimentos; enfim, nunca se ouviu da Ministra ou do presidente a palavra ‘fome’.

É claro que o duvidoso caráter estratégico atribuído ao agronegócio exportador passou a se constituir na contrapartida à desindustrialização do país. Na versão atual, sob o governo Bolsonaro, esse projeto passou a ser diferenciado pelo componente da radicalidade e unicidade, ao ponto de o governo não hesitar em promover o desmonte e mesmo o extermínio das políticas extratos da agricultura familiar e camponesa decisivos para a garantia da segurança alimentar da população.

As razões acima seriam suficientes para a defesa de mudanças estruturais no conjunto da economia agrícola e, em especial, na base primária da agricultura produtivista. Esses motivos passam a ser impositivos ante os cenários futuros de inviabilidade da coexistência desse padrão de agricultura com as condições ambientais extremas previstas com o prosseguimento do processo de mudanças climáticas.

Com essas motivações o NAPP agrícola e agrário ofereceu à FPA e ao PT um conjunto de reflexões e propostas voltadas para tais mudanças, sem ameaças de colapso da base produtiva da agricultura brasileira e sem desprezo ao potencial do Brasil no mercado internacional. Porém, propostas compatíveis com as ambições de um **“Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil”** que enfrente vez por todas, a questão agrária brasileira. Neste sentido, a recuperação da base produtora de alimentos e as condições institucionais para a segurança alimentar e nutricional da população com indicadores socioeconômicos, fundiários e ambientais em total oposição aos vigentes assumem prioridade absoluta.

No documento recomenda-se a adoção de ações que garantam protagonismo para os mais diversos atores sociais e econômicos do campo, bem assim, a todas as modalidades de práticas agropecuárias que poupem ou substituam a intensa dependência dos insumos químicos e que priorizem a diversidade genética.

É mandatário no novo cenário proposto, a regulação rígida da expansão da agricultura de larga escala, no geral, mas, em especial, nas regiões com biomas sensíveis ou ameaçados. Da mesma forma se impõe a desprimarização' das exportações com o propósito de internalizar o processo pleno de agroindustrialização. Ao contrário do que ocorre na atualidade, a agricultura familiar e camponesa deve ser fortalecida nas suas funções estratégicas para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Para além dos propósitos de redução das assimetrias na posse e uso da terra, a reforma agrária deve assumir papel relevante para o reordenamento territorial e ambiental do espaço rural. As propostas incluem ações imediatas em defesa dos direitos das populações indígenas, quilombolas, extrativistas e comunidades tradicionais.

Em especial, a dimensão rural do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil deve estar alinhada com as estratégias gerais de combate à crise social no país. Para tanto, entendemos crucial a contenção e mesmo a reversão em algum nível do processo de êxodo rural. Entre as medidas para tal, adquire relevo a implementação de programas vigorosos de estímulo à permanência da juventude no campo.

Enfim, em nome do NAPP agrícola e agrário agradecemos à FPA e ao PT a oportunidade de apresentarmos esta contribuição militante coletiva de um grande grupo de companheiros e companheiras, intelectuais e representantes dos movimentos sociais, com o suporte do Núcleo Agrário da Bancada do PT na Câmara dos Deputados.